A presente cópia é parte de um documento

14º TABELIÃO - VAMPRÉ SUELEM FULY DA SILVA ESCREVENTE AUTORIZADA SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO AU1047BF0907122

14º TABELIÃO DE NOTAS - VAMPRÉ
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO, CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.
S.Paulo 07 FEV. 2020
www.vampre.com.br
RUA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL. 3065-4500
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R$ 3,70

Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota explicativa	31/12/16	31/12/2015 (reapresentado)	01/01/2015 (reapresentado)
Circulante		85.162.982	91.995.181	77.261.624
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.970.894	41.605.115	73.460.283
Recursos a receber	5	55.645.489	43.799.239	3.593.933
Adiantamentos	6	6.294.066	6.423.715	-
Outros		252.533	167.112	207.408
Não circulante		115.405.252	102.398.354	92.239.150
Depósitos judiciais	7	108.712.099	95.873.270	84.986.610
Imobilizado	8	5.775.015	5.539.852	6.232.814
Intangível	9	918.138	985.232	1.019.726
Total do ativo		200.568.234	194.393.535	169.500.774

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/16	31/12/2015 (reapresentado)	01/01/2015 (reapresentado)
Circulante		89.004.695	90.962.573	55.341.348
Fornecedores		1.822.764	1.931.414	1.880.075
Salários a pagar	10	67.257.586	67.913.917	41.566.812
Encargos sociais a pagar	11	19.924.345	21.117.242	11.894.459
Não circulante		34.300.309	45.355.925	34.637.348
Provisão para riscos fiscais	12	19.497.556	12.885.075	7.952.861
Provisão para demandas judiciais	12	9.647.200	26.276.897	21.166.898
Remessas para Investimentos	8	5.155.553	6.193.953	5.517.589
Patrimônio líquido		77.263.230	58.075.037	79.522.080
Patrimônio social	13	58.075.037	79.522.080	129.974.934
Superávit (déficit) acumulado	13	19.188.193	(21.447.043)	(50.452.854)
Total do passivo e do patrimônio líquido		200.568.234	194.393.535	169.500.774

Demonstrações do resultado

Receitas Operacionais:	Nota explicativa	31/12/16	31/12/2015 (reapresentado)
Repasse Contrato de Gestão e Convênio	14	651.114.514	503.332.333
Receitas financeiras		14.442.446	16.633.945
Outras Receitas		1.893.633	1.164.922
Gratuidades Concedidas		481.861	229.480
Repasse para investimento realizado	8	1.043.767	976.650
Subvenções governamentais	17	112.232.531	90.572.271
		781.208.752	612.909.601
Despesas operacionais:		(762.020.559)	(634.356.644)
Despesas com pessoal	15	(586.565.563)	(492.733.487)
Despesas gerais	16	(60.021.665)	(48.654.586)
Despesas com depreciação e amortização	8	(379.147)	(323.825)
Despesa com depreciação bens públicos	8	(1.043.767)	(976.650)
Despesas financeiras		(1.777.886)	(1.095.825)
Subvenções governamentais	17	(112.232.531)	(90.572.271)
Superávit (déficit) do exercício		19.188.193	(21.447.043)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/16	31/12/2015 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	19.188.193	(21.447.043)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	379.147	323.825
Reversão de provisão para demandas judiciais	(16.629.697)	5.109.999
Provisão de férias	38.671.289	38.774.466
Atualização das provisões para riscos fiscais	1.777.886	1.095.825
Atualização dos depósitos judiciais	(8.004.234)	(7.050.271)
	35.382.584	16.806.801
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/diminuição em recursos a receber	(11.846.250)	(40.205.306)
(Aumento)/diminuição em outros ativos	44.228	(6.383.419)
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	(4.834.595)	(3.836.389)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	(108.650)	51.339
Aumento/(diminuição) em salários e encargos sociais	(40.520.517)	(3.204.578)
Aumento/(diminuição) em provisão para riscos fiscais	4.834.595	3.836.389
Caixa líquido das atividades operacionais	(17.048.605)	(32.935.163)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(1.585.616)	1.079.995
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.585.616)	1.079.995
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(18.634.221)	(31.855.168)
Aumento/(redução) líquido de caixa		
Caixa no início do período	41.605.115	73.460.283
Caixa no final do período	22.970.894	41.605.115
Aumento/(redução) líquido de caixa	(18.634.221)	(31.855.168)

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/16	31/12/2015 (reapresentado)
Superávit/(déficit) do exercício	19.188.193	(21.447.043)
Total do resultado abrangente do exercício	19.188.193	(21.447.043)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2014 (originalmente apresentado)		61.957.986	(50.452.854)	11.505.132
Ajutes de exercícios anteriores	2.1	-	68.016.947	68.016.947
Saldos em 01/01/2015 (reapresentado)		61.957.986	17.564.094	79.522.080
Transferência de déficit		17.564.094	(17.564.094)	-
Déficit do exercício		-	(21.447.043)	(21.447.043)
Saldos em 31/12/2015 (reapresentado)		79.522.080	(21.447.043)	58.075.037
Transferência de superávit		(21.447.043)	21.447.043	-
Superávit do exercício		-	19.188.193	19.188.193
Saldos em 31/12/2016		58.075.037	19.188.193	77.263.230

Notas Explicativas

1. Contexto operacional - A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 8 de outubro de 1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma entidade filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei nº 13.151/15) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal. Contratos de Gestão - • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de Araçatuba sob Nº 002/2014, iniciou suas atividades em abril de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2016, possuía 6 serviços cadastrados em 18 unidades, no total de 364 colaboradores. • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo sob Nº 001/2014 - Parelheiros, iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2016, possuía 14 serviços cadastrados em 22 unidades, no total de 1.009 colaboradores. • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob Nº 002/2014 - Capela do Socorro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2016, possuía 17 serviços cadastrados em 29 unidades, no total de 2.182 colaboradores. • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob Nº 007/2014 - Lapa, iniciou suas atividades em maio de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2016, possuía 12 serviços cadastrados em 21 unidades, no total de 1.043 colaboradores. • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob Nº 016/2015 - Pinheiros, iniciou suas atividades em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2016, possuía 10 serviços cadastrados em 11 unidades, no total de 262 colaboradores. • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob Nº 018/2015 - Norte, iniciou em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2016, possuía 19 serviços cadastrados em 55 unidades, no total de 2.908 colaboradores. **2. Apresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 31 de março de 2017. **2.1. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015.** Visando a melhoria da qualidade das demonstrações contábeis apresentadas e também a melhor comparabilidade dos saldos da Entidade, abaixo mencionamos os principais ajustes e reclassificações das rubricas alteradas nos valores correspondentes as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e saldos iniciais em 1 de janeiro de 2015: • Balanços patrimoniais:

Ativo	01/01/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação	31/12/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação
Outras contas a receber (i)	-	-	-	-	6.423.715	6.423.715
Ativo circulante	77.261.626	-	77.261.626	85.571.466	6.423.715	91.995.181
Imobilizado (ii)	9.434.406	(3.201.592)	6.232.814	9.718.094	(4.178.242)	5.539.852
Ativo circulante	95.440.741	(3.201.591)	92.239.150	108.576.596	(4.178.242)	102.398.354
Total do ativo	172.702.367	(3.201.593)	169.500.774	192.148.062	2.245.473	194.393.535

Passivo	01/01/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação	31/12/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação
Fornecedores	1.582.456	297.619	1.880.075	1.931.415	(1)	1.931.414
Obrigações trabalhistas (i)	41.566.812	-	41.566.812	61.490.204	6.423.713	67.913.917
Encargos sociais	11.894.459	-	11.894.459	21.117.242	-	21.117.242
Passivo circulante	55.043.727	297.619	55.341.346	84.538.861	6.423.712	90.962.573
Provisão para riscos fiscais (iii)	84.986.609	(77.033.748)	7.952.861	95.873.270	(82.988.195)	12.885.075
Remessas para investimentos (iv)	-	5.517.589	5.517.589	-	6.193.953	6.193.953
Provisão para demandas judiciais	21.166.899	-	21.166.898	26.276.897	-	26.276.897
Passivo não circulante	106.153.508	(71.516.159)	34.637.348	122.150.167	(76.794.242)	45.355.925
Patrimônio social (v)	61.957.986	68.016.948	129.974.934	11.505.132	68.016.948	79.522.080
Déficit do exercício (vi)	(50.452.854)	-	(50.452.854)	(26.046.098)	4.599.054	(21.447.043)
Patrimônio social	11.505.132	68.016.948	79.522.080	(14.540.966)	72.616.002	58.075.037
Total do passivo	172.702.367	(3.201.593)	169.500.774	192.148.062	2.245.473	194.393.535

• Demonstração do resultado do exercício

	31/12/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação
Repasse contrato de gestão e convênio (vii)	504.648.311	(1.315.978)	503.332.333
Receitas financeiras (viii)	9.583.673	7.050.272	16.633.945
Outras receitas	1.204.337	(39.415)	1.164.922
Gratuidades concedidas	229.480	-	229.480
Repasse para investimento realizado (ix)	-	976.650	976.650
Subvenções governamentais	90.572.271	-	90.572.271
	606.238.072	6.671.529	612.909.601
Despesa com pessoal	(492.733.487)	-	(492.733.487)
Despesas gerais	(48.645.586)	-	(48.654.586)
Depreciação e amortização	(323.825)	-	323.825
Despesas com depreciação de bens públicos (ix)	-	(976.650)	(976.650)
Despesas financeiras (viii)	-	(1.095.825)	(1.095.825)
Subvenções governamentais	(90.572.271)	-	(90.572.271)
	(632.284.169)	(2.072.475)	(634.356.644)
Déficit do exercício	26.046.097	4.599.054	(21.447.043)

• Demonstração do resultado abrangente

	31/12/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação
Déficit do exercício	(26.046.097)	4.599.054	(21.447.043)
Total do resultado abrangente do exercício	(26.046.097)	4.599.054	(21.447.043)

• Demonstração do fluxo de caixa:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/15 Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentação
Superávit (déficit) do exercício	(26.046.097)	4.599.054	(21.447.043)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	323.825	-	323.825
Provisão para demandas judiciais	5.109.998	(297.618)	4.812.380
Provisão de férias	-	38.774.466	38.774.466
Atualização das provisões para riscos fiscais	-	1.095.825	1.095.825
Atualização dos depósitos judiciais	-	(7.050.271)	(7.050.271)
	(20.612.274)	37.121.456	16.509.182
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
(Aumento)/diminuição em recursos a receber	(40.205.306)	-	(40.205.306)
(Aumento)/diminuição em outros ativos	40.298	(6.423.717)	(6.383.419)
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	-	(3.836.389)	(3.836.389)
Aumento/(diminuição) em fornecedores	348.958	-	348.958
Aumento/(diminuição) em salários e encargos sociais	29.146.175	(32.350.753)	(3.204.578)
Aumento/(diminuição) em provisão para riscos fiscais	-	3.836.389	3.836.389
Caixa líquido das atividades operacionais	(31.282.149)	(1.653.014)	(32.935.163)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(573.019)	1.653.014	1.079.995
Caixa líquido das atividades de investimentos	(573.019)	1.653.014	1.079.995
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(31.855.168)	-	(31.855.168)
Caixa no início do período	73.460.283	-	73.460.283
Caixa final do período	41.605.115	-	41.605.115
Aumento/(redução) líquido de caixa	(31.855.168)	-	(31.855.168)

(i) Reversão do lançamento de encontro de contas de adiantamento a fornecedores (benefícios a pessoa) e adiantamento de férias, nos montantes de R$ 3.137.684 e R$ 3.165.155, respectivamente, pois lançamento aufere a competência, pois os adiantamentos só se realizaram em janeiro de 2016; (ii) Reconhecimento da depreciação acumulada e do exercício sobre bens públicos (terceiros) em nosso poder, em 1º de janeiro de 2015 o impacto foi de R$ 3.201.592 e em 31 de dezembro de 2015 o impacto foi de R$ 4.178.242; (iii) Em 2002 a ASF obteve a certificação CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, onde garante a isenção do pagamento da contribuição ao INSS, relativo a quota patronal e SAT/Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior, no ano de 2005, a ASF iniciou processo judicial, pleiteando Imunidade tributária, e para assegurar as discussões a respeito e maiores argumentos na defesa da imunidade, mantivemos a realização de depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, momento esse que o TRF por unanimidade, reconheceu o pedido da imunidade pleiteado pela ASF, cessando assim futuros depósitos judiciais. Este processo encontra-se em fase de julgamento do recurso extraordinário, encontrando-se sobrestado ao RE 566.622 – STF. No parecer do advogado responsável, a possibilidade de êxito da ação é provável, não havendo justificativa para as provisões no passivo não circulante, na rubrica "provisão para riscos fiscais", justificando assim a reversão da provisão; (iv) Reconhecimento no passivo não circulante de R$ 8.719.181 dos repasses realizados pelos órgãos públicos e destinados a investimentos em imobilizados, e a realização no montante de R$ 3.201.592 através a depreciação acumulada e do exercício sobre os respectivos bens públicos, , em razão do usufruto desses ativos na prestação do serviço público e gestão dos contratos, bem como, perda de benefício da vida útil desses ativos, que aguardam o termo de doação publicado pelas autoridades governamentais; (v) Reconciliação dos ajustes no patrimônio social em 1 de janeiro de 2015:

Saldo do patrimônio social 31 de dezembro de 2014 (originalmente divulgado)	61.957.986
(-) Reversão dos repasses realizados pelos órgãos públicos e destinados a investimentos de imobilizados	(8.719.181)
(+) Realização dos repasses realizados pelos órgãos públicos e destinados a investimentos de imobilizados	3.201.592
(-) Depreciação acumulada sobre bens públicos em nosso poder	(3.201.592)
(-) Reversão da atualização financeira sobre provisão para riscos fiscais (INSS sobre cota patronal)	77.073.164
(-) Outros ajustes	(337.035)
Total de ajustes	68.016.948
Saldo do patrimônio social em 1º de janeiro de 2015 (reapresentado)	129.974.934

(vi) Reconciliação dos ajustes realizados no exercício de 31 de dezembro de 2015:

Déficit do exercício em 31 de dezembro de 2015 (originalmente divulgado)	(26.046.098)
(-) Reversão dos repasses realizados pelos órgãos públicos e destinados a investimentos de imobilizados	(1.315.977)
(+) Realização dos repasses realizados pelos órgãos públicos e destinados a investimentos de imobilizados	976.650
(-) Depreciação acumulada sobre bens públicos em nosso poder	(976.650)
(-) Reversão da atualização financeira sobre provisão para riscos fiscais (INSS sobre cota patronal)	5.954.447
(-) Outros ajustes e reclassificações	(39.415)
Total de ajustes	4.599.055
Déficit do exercício em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	(21.447.043)

(vii) Reversão do repasse recebido de órgão público que não fora investido no exercício corrente, mencionado no (iv) acima; (viii) Reversão da atualização financeira sobre provisão de riscos fiscais (INSS sobre cota patronal), assunto mencionado no item (iii) acima; (ix) Reconhecimento contábil da depreciação acumulada sobre bens públicos e realização dos repasses recebidos de órgãos públicos, em relação ao assunto mencionado no item (iv) acima. **3. Políticas contábeis** - As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado - receitas e despesas** - As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. **b) Estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil de ativo imobilizado, b) mensuração de instrumentos financeiros e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **c) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Recursos a receber** - Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área da saúde e são reconhecidas mediante documento hábil disponível. **e) Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado - Reconhecimento e Mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição deum ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverte ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação do exercício de 2016 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2015. A vida útil-econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram consideradas conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. **i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** - Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o artigo 195 da Constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras** - Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafo 5º da Lei nº 9.532/97. **k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **l) Programa de Integração Social (PIS)** - Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **m) Provisões para demandas judiciais e administrativas** - A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos** - A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do resultado abrangente** - As demonstrações do resultado abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **r) Novos pronunciamentos e normas publicadas** - A Entidade adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Não existem outras normas e interpretações emitidas até a data destas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses saldos é como segue:

	31/12/16	31/12/15	01/01/15
Caixa e bancos	215.712	248.804	11.870.517
CDBs (a)	16.350	-	39.265
Fundos de investimento (b)	22.738.832	41.356.311	61.550.501
	22.970.894	41.605.115	73.460.283

(a) Referem-se a operações de renda fixa junto a instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 87,38% em 2014 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata; (b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à Selic e títulos públicos atrelados ao CDI, com liquidez imediata. **5. Recursos a receber** - Recursos a receber consistem em valores a receber em virtude dos convênios celebrados com a administração pública, em que a Entidade executou serviços no montante de R$55.645.489 (R$43.799.239 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016 haviam R$ 1.184.833 de repasses vencidos (R$ 2.058.267 em 2015).

Projetos	31/12/16	31/12/15	01/01/15
R018/2015 - Rede Assist. da STS Freguesia do Ó/Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	18.786.767	16.112.070	-
R002/2014 - Rede Assist. da STS Capela do Socorro	16.062.729	9.209.555	-
R001/2014 - Rede Assist. da STS Parelheiros	8.208.721	5.934.056	-
R007/2015 - Rede Assist. da STS Lapa/Pinheiros	7.997.343	7.818.751	-
R016/2015 - Rede Assist. da STS Lapa/Pinheiros	1.727.925	1.938.950	-
PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo - Gestão	52.783.485	41.013.382	-
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	1.675.789	-	1.304.551
Prefeitura Municipal de Araçatuba	1.675.789	-	1.304.551
Centro de Atenção Psicossocial Alvorecer	578.258	907.877	645.686
Centro de Atenção Psicossocial Projeto Tear de Trabalho e Renda	278.643	134.986	128.700
Centro de Atenção Psicossocial SRT	256.190	84.029	-
Centro de Atenção Psicossocial Arco Íris	71.742	450.391	388.433
Centro de Atenção Psicossocial Recriar	-	480.984	399.077
Prefeitura Municipal de Guarulhos	1.184.833	2.058.267	1.561.896
Outros	1.382	727.590	727.486
Total Geral	55.645.489	43.799.239	3.593.933

6. Adiantamentos

	31/12/16	31/12/15
Adiantamento a fornecedores	2.623.368	3.258.560
Adiantamento de férias	3.670.698	3.165.155
	6.294.066	6.423.715

7. Depósitos judiciais -

7.1. Composição

	31/12/16	31/12/15	01/01/15
Depósitos judiciais - PIS (a)	19.497.556	12.885.075	7.952.861
Depósitos judiciais - INSS (b)	89.214.543	82.988.195	77.033.749
	108.712.099	95.873.270	84.986.610

(a) A Entidade efetuou a partir de maio de 2012, depósitos judiciais relativos ao PIS equivalente à 1% (um por cento) sobre a folha de salário dos funcionários, relativo ao processo nº. 0007392-82.2012.4.03.6100. Este processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. Vide nota explicativa 12. (b) Em 2002 a ASF obteve a certificação CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, onde garante a isenção do pagamento da contribuição ao INSS; relativo a quota patronal e SAT/Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior,

7.2. Movimentação dos depósitos judiciais.

	PIS	INSS	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	7.952.861	77.033.749	84.986.610
Depósito judicial	3.836.389	-	3.836.389
Atualização financeira	1.095.825	5.954.446	7.050.271
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.885.075	82.988.195	95.873.270
Depósito judicial	4.834.595	-	4.834.595
Atualização financeira	1.777.886	6.226.348	8.004.234
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.497.556	89.214.543	108.712.099

8. Imobilizado

Custo	Imóveis	Veículos	Equipamentos cirúrgicos	Equipamentos de escritório	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total bens próprios	Equipamentos bens públicos	Total imobilizado
Saldo em 01/01/2015	429.568	-	29.239	55.654	381.512	6.560	8.734	605.492	1.516.759	8.453.812	9.970.571
Adições	-	-	-	-	-	-	4.705	16.906	21.611	357.124